

## *Bicentenário da Independência*



*Processo de  
independência*  
p. 02-05

*Símbolos da  
independência*  
p. 06-11

*Tradução no  
Brasil Império*  
p. 12-15

*Pontos  
Históricos*  
p. 16-18

“

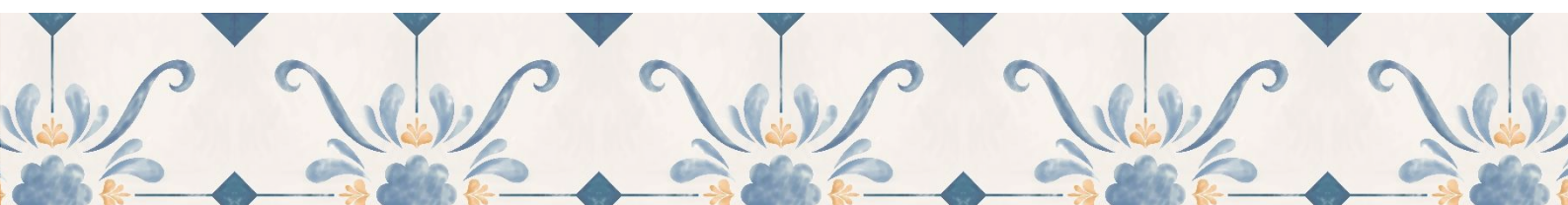
*Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto; diga ao povo que fico!*

A frase supostamente dita por Dom Pedro, Príncipe Regente, em 9 de janeiro de 1822, no então Paço Real, rebatizado posteriormente como Paço Imperial, no Rio de Janeiro, marcou um momento importante da história do Brasil – pressionado pela metrópole para retornar e promover a recolonização, Dom Pedro anunciou naquele dia a sua permanência em terras brasileiras.

Desde a chegada da família real portuguesa, em 1808, o Brasil tinha alcançado grandes conquistas, como a elevação do status a Reino Unido e o crescimento de sua economia advindo do comércio com a Inglaterra.

Em 1820, a Revolução Liberal do Porto, em Portugal, eclodiu defendendo a formação de uma monarquia constitucional. Os portugueses exigiam a recolonização do Brasil, anulando a elevação a Reino Unido deliberada por Dom João VI, e questionavam o poder do rei ao exigir seu retorno imediato para Portugal e sua assinatura na Constituição que estava sendo elaborada. Temendo perder o reino, Dom João VI voltou para Portugal em 1821 e deixou Dom Pedro no Brasil. Entretanto, os portugueses não queriam perder sua colônia na América e pressionaram o príncipe regente a retornar o quanto antes para a metrópole.

No Brasil, o apoio à libertação política brasileira ganhava adeptos e pressionava Dom Pedro a permanecer – mais de oito mil assinaturas foram apresentadas ao príncipe pelo presidente do Senado, José Clemente Pereira.







Aclamação de D. Pedro no Campo de Santana. Jean-Baptiste Debret, Domínio público, via [BBM](#)

Mesmo que ainda não estivesse pensando em uma separação do Brasil com relação a Portugal, Dom Pedro sentiu a enorme pressão da elite brasileira, de políticos e comerciantes e decidiu permanecer no Brasil pela manutenção da ordem e para conduzir os próximos passos rumo à independência. Desse modo, agradou as elites coloniais, que almejavam não somente a liberdade em relação a Portugal, mas também a conservação de suas liberdades comerciais adquiridas desde 1808.

O Príncipe Regente tornou-se, então, o líder do processo final da independência do Brasil. Dentro desse processo, o Dia do Fico foi muito importante pois significava que as ordens vindas de Portugal não seriam mais cumpridas na colônia.

Nos meses seguintes, a sucessão dos acontecimentos foi responsável por incitar no Brasil a ruptura com Portugal e duas pessoas tiveram grande influência na tomada de decisões de D. Pedro: sua esposa, Maria Leopoldina, e José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, declarado oficialmente Patrono da Independência do Brasil em 2018.



1822

Em maio de 1822, foi decretado o “Cumpra-se”, medida que determinava que as leis e as ordens decretadas em Portugal só teriam validade no Brasil com o aval do príncipe regente; no mês seguinte, determinou-se convocação de eleição para a formação de uma Assembleia Constituinte no Brasil. Essas medidas reforçavam a separação gradual entre Brasil e Portugal, e a relação das Cortes portuguesas com as autoridades brasileiras permaneceu irreconciliável.

Em 28 de agosto, ordens de Lisboa chegaram ao Brasil acusando os ministros de D. Pedro de traição, exigindo seu retorno imediato para Portugal e anunciando o fim de medidas consideradas pelos portugueses como privilégios.



Coroação de D. Pedro I (detalhe), 1828. [Jean-Baptiste Debret](#), Domínio público, via Wikimedia Commons

As ordens foram lidas por Maria Leopoldina, que, convencida da necessidade do rompimento com Portugal, assinou em sessão extraordinária, em 2 de setembro, uma declaração de independência e a enviou para o marido, que estava em viagem a São Paulo. O mensageiro alcançou a comitiva de D. Pedro quando estavam próximos ao Rio Ipiranga. O príncipe regente leu todas as notícias e ratificou a ordem de independência com um grito às margens do Rio Ipiranga, conforme registrado na história oficial. Atualmente, os historiadores não têm evidências que comprovem o grito do Ipiranga. Os meses seguintes foram marcados por acontecimentos importantes como a Aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil, no dia 12 de outubro, e sua coroação em 1º de dezembro.

# Guerra de Independência do Brasil

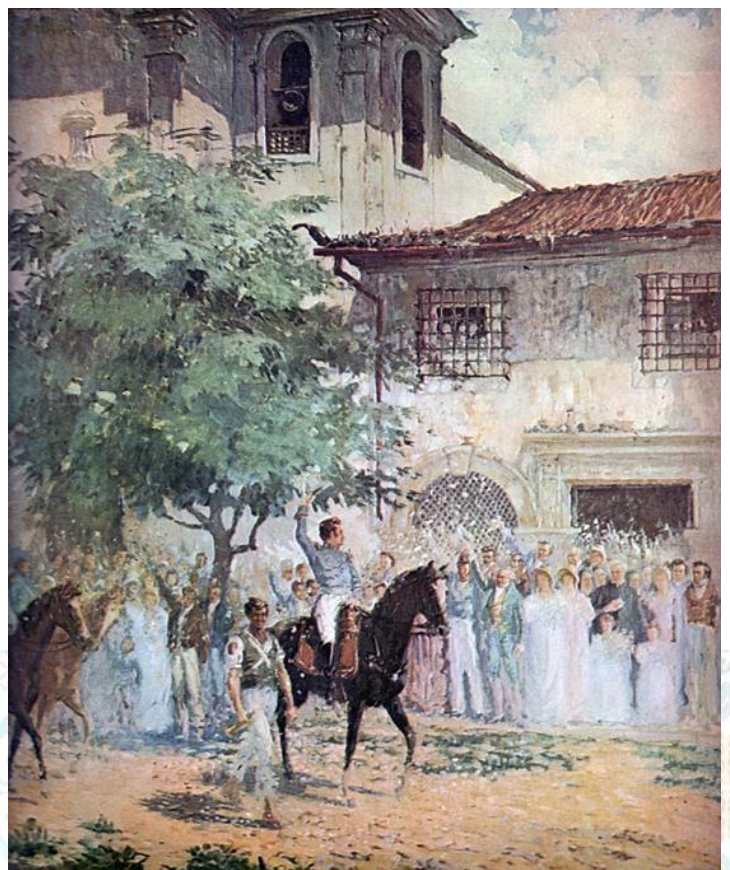
A chamada Guerra da Independência do Brasil, série de eventos ocorridos entre 1821 e 1824, representou a luta dos que se opunham à recolonização proposta pelas Cortes portuguesas.

Ainda em 1821, houve o Movimento Constitucionalista, conhecido também como Convenção de Beberibe, responsável pela expulsão dos exércitos portugueses do território pernambucano. Este é considerado o primeiro episódio do processo de independência.

Após 07 de setembro de 1822, governadores de províncias contra a separação foram apoiados por tropas militares portuguesas. Nas províncias do Maranhão, do Piauí e do Grão-Pará, na Bahia e na província da Cisplatina houve lutas entre partidários de Portugal e defensores da independência. Foi necessária a organização das tropas brasileiras através da compra de armas, de navios e recrutamento de militares ingleses, que atuaram como mercenários.

A vitória na Bahia foi de grande importância para que outros levantes, de menor proporção, também fossem sufocados pelo governo.

A participação britânica foi mais um episódio em que a Inglaterra buscou garantir interesses econômicos no território brasileiro fazendo o país contrair uma enorme dívida.



Tropa brasileira, em 1823, desfilando vitoriosa pelas ruas de Salvador, depois da rendição das forças portuguesas. Prisciliano Silva, 1930. Domínio público, Pinacoteca do Memorial da Câmara Municipal de Salvador



# *Monumento à Independência*

O Monumento à Independência do Brasil está localizado no Parque da Independência, onde se encontra também o Museu do Ipiranga e a Casa do Grito, em São Paulo. Moldada em granito e bronze, a construção fica às margens do Riacho do Ipiranga e foi inaugurada em 1922 como parte das comemorações do centenário da independência, apesar de ter sido concluída apenas quatro anos depois.



Monumento da Independência e Museu do Ipiranga. Cartão-postal, 1950.

Idealizado e executado pelo escultor Ettore Ximenes e pelo arquiteto Manfredo Manfredi, o monumento de granito é ornado com estátuas de bronze que representam personalidades relevantes ao processo e momentos de luta pela independência. Em uma das faces, apresenta uma interpretação do quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo.

Sob o Monumento encontra-se a chamada Cripta ou Capela Imperial, onde foram depositados os restos mortais da Imperatriz Leopoldina, trasladados do Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, em 1954. Os restos mortais de Dom Pedro I e de D. Amélia de Leuchtenberg, sua segunda esposa, foram trasladados do Panteão dos Braganças, em Lisboa, respectivamente em 1972 e 1984. Somente o coração de D. Pedro I não foi trazido para a Cripta, permanecendo na Igreja da Lapa, no Porto.

# Museu Paulista

O Museu Paulista da Universidade de São Paulo, conhecido como Museu do Ipiranga ou Museu Paulista, é uma instituição científica, cultural e educacional, cujas atividades envolvem também a formação e a ampliação de coleções, sua conservação física, seu estudo e documentação bem como a divulgação de conhecimento através de exposições, cursos, programas educativos e publicações. Integrado como órgão da Universidade de São Paulo (USP) desde 1963, exerce pesquisa, ensino e extensão. É também o museu público mais antigo da cidade de São Paulo, cuja sede é um monumento-edifício parte do conjunto arquitetônico do Parque da Independência.

O museu foi inaugurado em 7 de setembro de 1895 como Museu de História Natural e marco representativo da Independência. Seu primeiro núcleo de acervo foi a coleção do Coronel Joaquim Sertório, que constituía um museu particular em São Paulo.

No período do Centenário da Independência, em 1922, foi reforçado o caráter histórico da instituição através da constituição de novos acervos com destaque para a História de São Paulo. Realizou-se ainda a decoração interna do edifício, com pinturas e esculturas apresentando a História do Brasil no Saguão, Escadaria e Salão Nobre. Como extensão do Museu, no interior do Estado foi instalado o Museu Republicano “Convenção de Itu”.

Ao longo do tempo, houve transferências de acervos para diferentes instituições e, desde a década de 1990, o Museu Paulista vem ampliando substancialmente seus acervos referentes ao período de 1850 a 1950 em São Paulo. Atualmente, possui um acervo de mais de 450.000 unidades, entre objetos, iconografia e documentação textual, do século XVII até meados do século XX, significativo para a compreensão da sociedade brasileira.



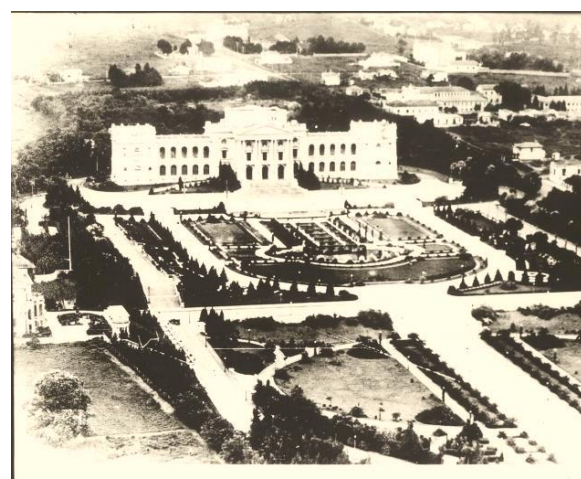
Solenidade de colocação da pedra fundamental do Monumento do Ipiranga em 1882. [Henrique Manzo](#), CC BY-SA 4.0, via Wikimedia Commons



Construção do Monumento do Ipiranga, 1888. Acervo Museu Paulista/USP



Festa escolar no Ipiranga, 1912. [Augustin Salinas y Teruel](#), Domínio público, via Wikimedia Commons



Edifício Monumento e entorno dos jardins, c. 1930. Acervo Museu Paulista/USP





Museu Paulista (ESB Professional/Shutterstock)

Fechado desde 2013 para reforma, com um projeto que tem como objetivo a restauração e a modernização completas do monumento, o Museu do Ipiranga reabrirá oficialmente para as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil em setembro de 2022.

Todo o edifício, patrimônio tombado nas três esferas do governo, será dedicado exclusivamente à visitação pública, com exposições e novos espaços com acessibilidade universal e integrados ao conjunto urbanístico do Parque da Independência.

O Edifício-Monumento tem 7.600 m<sup>2</sup> de fachada, 1.900 m<sup>2</sup> de assoalhos, 1.500 m<sup>2</sup> de piso de ladrilho hidráulico franco-alemão e 450 portas e janelas. Todos esses elementos foram restaurados, em um processo iniciado em outubro de 2019. Com a conclusão das obras, o Museu vai ganhar uma nova área total de 6.800m<sup>2</sup> e 49 salas expositivas, além de um auditório com 200 lugares. O monumento também terá dispositivos eletrônicos, sprinklers de combate a incêndios, três elevadores e escadas-rolantes que irão conduzir o público à antiga área térrea que, a partir de agora, será o primeiro andar.

Vale a pena ver a [playlist "Diário da obra"](#), série de vídeos que foi publicada no YouTube do Museu Paulista para mostrar o andamento da restauração. Algumas publicações mais antigas sobre o Museu também estão disponíveis no [site oficial](#), como os livros “Museu Paulista: Um monumento no Ipiranga - História de um edifício centenário e de sua recuperação” – [Parte I](#) | [Parte II](#) – e “[Às Margens do Ipiranga](#)”.



## O Quadro

De todo o conjunto das obras que representam a independência do Brasil, a mais conhecida é possivelmente a tela “Independência ou morte”, de 1888, de Pedro Américo.

Pedro Américo foi um pintor brasileiro nascido na Paraíba, considerado um dos mais importantes artistas plásticos da história do país, que à época residia em Florença, na Itália. Em 1886, mesmo ano em que assinou o contrato para a produção da obra, o artista realizou o estudo que se encontra no Palácio Itamaraty, em Brasília, e que mede 146 x 237 cm. O grande formato, 415 x 760 cm, de 1888, foi exibido inicialmente na Academia Real de Belas Artes de Florença, com a presença de Pedro Américo, do imperador D. Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina; no Brasil, a tela foi exposta pela primeira vez em 7 de setembro de 1895, na inauguração do Museu Paulista, onde ocupa o Salão Nobre até hoje. O estudo apresenta algumas diferenças em relação à tela principal, como os personagens retratados; entre eles, o próprio artista, que se colocou na obra final em trajes civis no agrupamento em frente ao casebre.



Estudo para o quadro Independência ou Morte, 1886. Pedro Américo, Domínio público, via [MRE](#)





Independência ou Morte, 1888. Pedro Américo, Domínio público, via [MRE](#)

A imagem de D. Pedro I montado num cavalo às margens do Ipiranga, segurando sua espada e supostamente gritando "Independência ou morte!" é verossímil, mas não retrata com exatidão o ocorrido naquele dia. As diferenças são significativas: não era comum usar cavalos e sim mulas para fazer o trajeto da Serra do Mar; sua comitiva não era tão numerosa e seus uniformes retratados não eram tão galantes durante esse tipo de viagem. A cena foi produzida mais de 60 anos depois e exigiu do pintor um trabalho de pesquisa de época, de indumentárias originais e entrevistas com testemunhas, uma vez que faltavam relatos sobre o fato. Pedro Américo construiu a imagem como representação épica de um passado glorioso, elevando D. Pedro I a herói nacional e transmitindo a ideia de construção da identidade nacional e do patriotismo.

Assim como o Museu Paulista, a tela "Independência ou Morte" passou por um minucioso processo de restauração para reparar danos causados pela ação do tempo e devolver à pintura suas cores originais. Todo o trabalho foi feito no próprio Salão Nobre, pois a tela é maior que as janelas e portas do Museu, tendo sido montada originalmente onde está, sem nunca ter sido retirada.

A Agência FAPESP publicou um [vídeo em seu canal do YouTube](#) e uma matéria em seu [site oficial](#) sobre o processo de restauração feito pela equipe.



# *Hino da Independência*

O Hino da Independência foi escrito em 16 de agosto de 1822 pelo poeta, político e jornalista Evaristo Ferreira da Veiga e Barros e batizado como Hino Constitucionalista Brasiliense. Os versos rapidamente ganharam destaque na corte e a primeira melodia foi feita pelo maestro português Marcos António da Fonseca Portugal, de quem D. Pedro I fora aluno.

[Ouça a versão antiga do hino aqui.](#)

Após a promulgação da independência, Dom Pedro I soube da existência do hino e compôs sua própria melodia pra ele, surgindo oficialmente o Hino da Independência do Brasil. Entretanto, com a proclamação da república em 1889, o hino deixou de ser tocado; apenas em 1922, por ocasião do Centenário da Independência, foi resgatado e passou a ser tocado com a melodia original de Marcos Portugal.

E foi durante a Era Vargas, quando se instituiu uma comissão para regularização dos hinos brasileiros, que o maestro Heitor Villa-Lobos recuperou a melodia criada por Dom Pedro I. Essa versão foi finalmente registrada como a melodia oficial do Hino da Independência Do Brasil.

[Ouça a versão atual do hino aqui.](#)

Letra completa ao lado.

**Já podeis, da Pátria filhos,  
Ver contente a mãe gentil;  
Já raiou a liberdade  
No horizonte do Brasil.**

**Brava gente brasileira!  
Longe vá... temor servil:  
Ou ficar a pátria livre  
Ou morrer pelo Brasil.**

**Os grilhões que nos forjava  
Da perfídia astuto ardil...  
Houve mão mais poderosa:  
Zombou deles o Brasil.**

**Brava gente brasileira!  
Longe vá... temor servil:  
Ou ficar a pátria livre  
Ou morrer pelo Brasil.**

**Não temais ímpias falanges,  
Que apresentam face hostil;  
Vossos peitos, vossos braços  
São muralhas do Brasil.**

**Brava gente brasileira!  
Longe vá... temor servil:  
Ou ficar a pátria livre  
Ou morrer pelo Brasil.**

**Parabéns, ó brasileiro,  
Já, com garbo varonil,  
Do universo entre as nações  
Resplandece a do Brasil.**

**Brava gente brasileira!  
Longe vá... temor servil:  
Ou ficar a pátria livre  
Ou morrer pelo Brasil.**





## *Tradução no Brasil Império*

A história da tradução no Brasil mantém relação estreita com a atividade de interpretação e tem início com a chegada dos colonizadores portugueses, no século XVI.

As interpretações eram feitas pelos *línguas*, que desempenhavam o papel de mediadores entre nativos e colonizadores. Os *línguas* provinham de dois grupos: criminosos portugueses soltos em terras colonizadas para aprender a língua local e atender como intérpretes ou nativos raptados e levados para a colônia a fim de aprender a língua e seus costumes. Entretanto, a dominação religiosa também fazia com que sacerdotes católicos aprendessem línguas locais para transmitir os ensinamentos aos nativos.

O tradutor em língua escrita só passaria a atuar após a fundação da Imprensa Régia, em 1808, que tinha como finalidade a impressão da legislação e de documentos diplomáticos vindos das repartições reais.



### DECRETO — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1808

Crêa um Interprete para as visitas dos navios estrangeiros.

Sendo indispensavel um Interprete para as visitas dos navios estrangeiros, que entram neste porto; e considerando que Ildefonso José da Costa tem a conveniente aptidão para este serviço: hei por bem de o nomear para aquelle logar de Interprete com o ordenado de 400\$000 annuaes. D. Fernando José de Portugal do meu Conselho de Estado, Ministro Assistente ao Despacho, e Presidente do meu Real Erario, o tenha assim entendido e faça expedir as ordens necessarias. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Novembro de 1808.

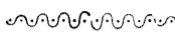
Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.



## *Traductor Jurado da Praça e Intérprete da Nação*

Após o processo de independência do Brasil, em 9 de dezembro de 1823, é publicado um decreto que associa pela primeira vez o ofício de tradutor ao de intérprete.

Eugenio Gildmester é nomeado como “Traductor jurado da Praça e Intérprete da Nação” e o decreto dispõe ainda sobre o recebimento de emolumentos pelas traduções por parte dos interessados, sendo a quantia de 1\$200 por meia folha.



### DECRETO—DE 9 DE DEZEMBRO DE 1823

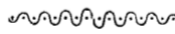
Crêa o lugar de traductor jurado da Praça e Intérprete da Nação.

Tomando em consideração a necessidade de um Intérprete de linguas estrangeiras, com fé publica, para a traducção dos diferentes papeis relativos ao commercio: e concorrendo na pessoa de Eugenio Gildmester as qualidades necessarias para o bom desempenho deste trabalho, pelo preciso conhecimento que tem das linguas principaes da Europa: Hei por bem fazer-lhe mercê do officio de Traductor jurado da Praça e Intérprete da Nação, sem ordenado algum, mas percebendo das partes, pelas referidas traducções, a quantia de 1\$200 por meia folha. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e lhe mande passar os despachos necessarios.

Paço em 9 de Dezembro de 1823, 2º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Severiano Maciel da Costa.*

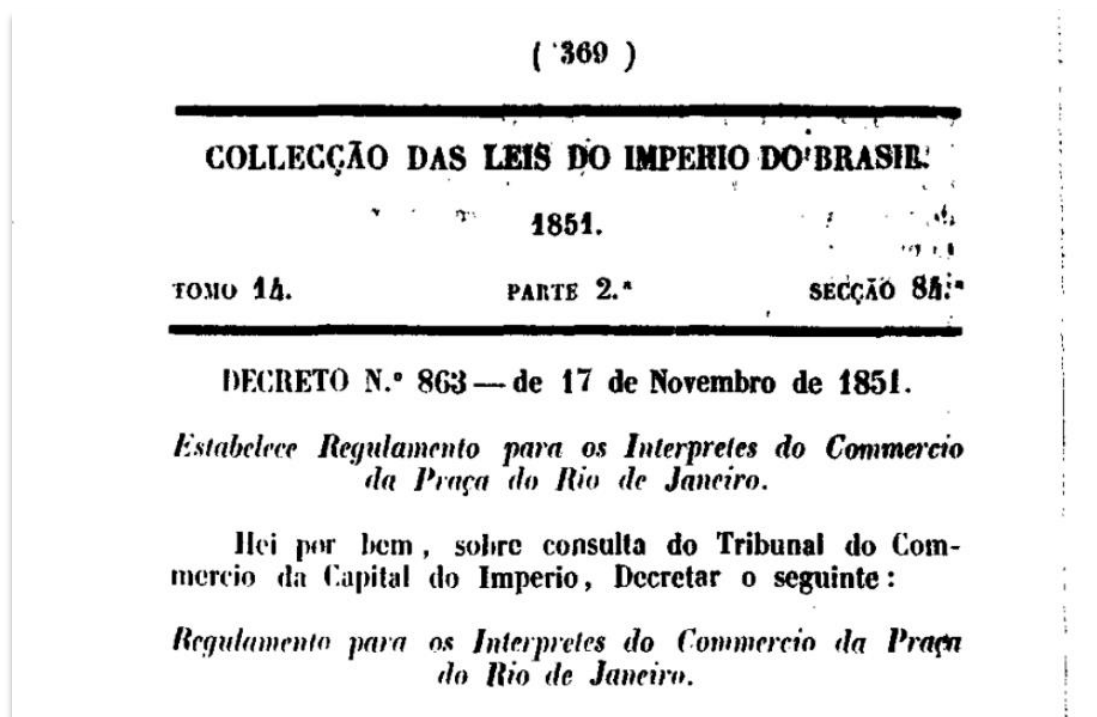


O cargo não estava inicialmente vinculado a um órgão oficial. Em 1850, criou-se o Registro do Comércio vinculado às secretarias dos Tribunais do Comércio e foram expedidos os regulamentos para disciplinar questões processuais determinando que os documentos emitidos em países estrangeiros só seriam considerados competentemente traduzidos em língua nacional quando a tradução fosse feita por



intérprete público nomeado pelos Tribunais do Comércio da capital do império. Essa determinação marcou o início do processo de transição para o status da tradução juramentada como é conhecida hoje no Brasil.

Em 17 de novembro de 1851, foi lançado o Decreto Imperial nº 863, que estabeleceu o regulamento para os Intérpretes do Comércio da Praça do Rio de Janeiro e incumbiu ao Tribunal do Comércio a nomeação desses profissionais e a deliberação de seus emolumentos, de modo que cumprissem as mesmas condições que os comerciantes. Os candidatos precisavam comprovar conhecimento prático de línguas estrangeiras e estar em dia com o pagamento dos impostos anuais; ademais, o exercício da profissão era proibido às mulheres.



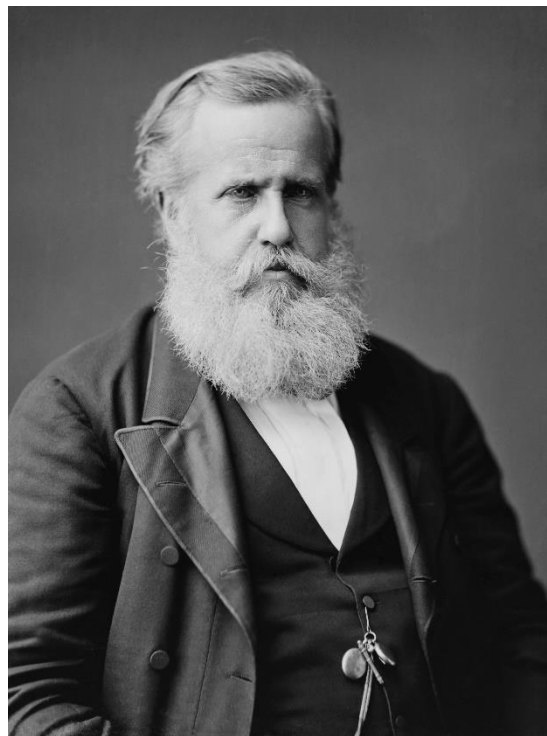
Posteriormente, em 09 de outubro de 1875, o Decreto-Legislativo nº 2662 autorizou o governo a suprimir a jurisdição comercial e a organizar Juntas e Inspetorias Comerciais, estruturadas conforme o decreto nº 596, de 19 de julho de 1890, para assumirem as funções administrativas dos Tribunais de Comércio.

# Curiosidade

## *D. Pedro II*

D. Pedro II, ou “O Magnânimo”, governou o Brasil no período de 1840 a 1889, destacando-se como um grande incentivador da cultura e da educação. Ao longo de sua vida, demonstrou grande interesse por línguas - falava inglês, alemão, italiano, espanhol, francês, latim, hebraico e tupi-guarani; lia grego, árabe, sânscrito e provençal; fez traduções do grego, do hebraico, do árabe, do francês, do alemão, do italiano e do inglês. Diversos títulos de suas traduções foram citados por ele em seu diário.

Algumas das traduções realizadas por D. Pedro II encontram-se guardadas no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de acervos particulares. Somente três obras foram publicadas: “Prometeu Acorrentado”, de Ésquilo, traduzido para o português por ele mesmo, na condição de Imperador do Brasil; “Poesias (originais e traduções) de S. M. o Senhor D. Pedro II”, como homenagem de seus netos, contendo poemas de Dante Alighieri, Alessandro Manzoni, Félix Anvers, Condessa de Chambrun e outros; e “Poesias Hebraico-Provençais do Ritual Israelita Comtadin”.



D. Pedro II, 1876. [Mathew Brady](#), Domínio público, via Wikimedia Commons

D. Pedro II também se aventurou a traduzir “Mil e uma noites” para exercitar seu conhecimento do árabe e relata em seu diário não ter intenção de publicá-la, pois não estava à altura de um tradutor.



# Pontos Históricos

*relacionados ao sete de setembro*

**1** O **Museu da Inconfidência**, em Ouro Preto/MG, é dedicado à memória da Inconfidência Mineira, movimento que definiu os contornos políticos do Brasil do século XIX, e nos ajuda a compreender o contexto histórico e cultural relacionado à independência. O museu é sediado em uma construção histórica da década de 1780, que carrega o estilo arquitetônico da época.



(Ricardo André Frantz, CC BY 3.0, via Wikimedia Commons)



(Elielton Ribeiro Rodrigues, CC BY-SA 4.0, via Wikimedia Commons)

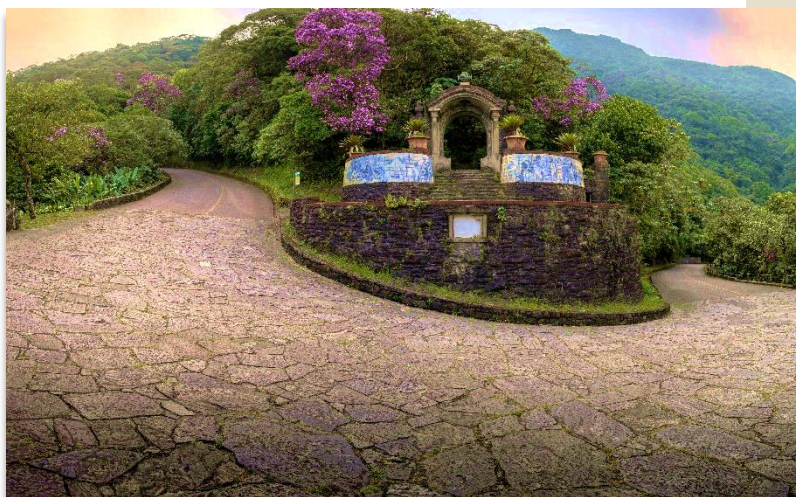
**2** A **Igreja Nossa Senhora da Boa Morte**, próxima à Praça da Sé, em São Paulo, foi inaugurada em 1810. Diz a tradição que o sino da igreja foi o primeiro a badalar no dia 7 de setembro de 1822. Ficou conhecida como a Igreja das Boas Notícias, já que, localizada no outeiro da Tabatinguera, dominava toda a entrada daqueles que vinham do Ipiranga em direção à cidade e seus sinos badalavam como forma de anúncio da chegada de pessoas importantes.

# 3

O **Parque Caminhos do Mar**, localizado no Parque Estadual da Serra do Mar, abriga uma extensa área de Mata Atlântica, além de um acervo histórico-cultural representado pela Calçada do Lorena e pelo conjunto de oito monumentos históricos construídos em 1922, em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, e tombados na década de 1970 pelo CONDEPHAAT.

No dia 07 de setembro de 1822, D. Pedro fez um trajeto de 64 quilômetros desde Santos até o Pátio do Colégio, em São Paulo. Foi pelas trilhas da Calçada do Lorena, primeiro caminho pavimentado com rochas, em 1792, que o príncipe regente subiu a serra.

É possível visitar o parque de quarta-feira a domingo e feriados, das 8h às 17h. Para consultar mais detalhes, visite o site oficial [Caminhos do Mar](#).



Parque Caminhos do Mar  
(Fagner Martins/Shutterstock)



Caminho do Mar - Calçada de Lorena, 1826. [Oscar Pereira da Silva](#),  
Domínio público, via Wikimedia Commons

## + Vídeos

### [Qual foi o caminho de D. Pedro até o local da Independência?](#)

Jorge Pimentel Cintra, engenheiro especializado em cartografia histórica da Escola Politécnica e do Museu Paulista, ambos da USP, corrige detalhes do percurso de 7 de setembro de 1822. Veja também a [publicação completa da FAPESP](#) sobre a pesquisa.

### [Caminho feito por D. Pedro I e monumentos à Independência são restaurados na Estrada Velha de Santos](#)

Conheça detalhes do projeto de restauração da Calçada do Lorena, do Pouso de Paranapiacaba e de outras construções históricas do Parque Caminhos do Mar no vídeo do jornal O Estado de São Paulo.



# 4

O **Pátio do Colégio (Pateo do Collegio)**, onde foi levantada a primeira construção da atual cidade de São Paulo, foi hospedagem de Dom Pedro I, em 1822, quando declarou a independência do país. Atualmente, pertence à ordem religiosa Companhia de Jesus e está aberto para visitação. Em seu site, há uma excelente linha do tempo que conta a história do local - [Linha do tempo | Pateo do Collegio](#).



Pátio do Colégio (Diego Grandi/Shutterstock)

# 5

A **Casa do Grito** recebeu esse nome pois teria sido retratada na tela de Pedro Américo. No entanto, não há comprovação de sua existência na data da declaração, uma vez que os registros mais antigos a seu respeito são de 1844. Ainda assim, a casa tem grande relevância turística porque é um dos últimos exemplares de uma construção de pau a pique na cidade de São Paulo.



Casa do Grito (Rovena Rosa/Agência Brasil)

# 6

O **Paço Imperial** é um edifício histórico localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro. Construído no séc. XVIII como residência dos governadores da capitania, foi promovido a Paço Real com a chegada da corte portuguesa, em 1808. Após a independência, passou a Paço Imperial funcionando como despacho e residência eventual para D. Pedro I. Atualmente, abriga o Centro Cultural do Iphan/MinC.



Paço Imperial. (Fulviusbsas, Domínio público, via Wikicommons)

## Fontes e referências:

Processo de independência

[Dia do Fico, 200 anos: a união da elite e D. Pedro I pela autonomia do Brasil](#)

[Dia do Fico - Antecedentes históricos, causas e consequências](#)

[Dia do Fico, 9 de janeiro de 1822](#)

[A Guerra da Independência](#)

[Independência do Brasil - Processo, guerras e consequências](#)

[SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015](#)

[Museu do Ipiranga](#)

[Museu Paulista da Universidade de São Paulo](#)

[Novo Museu do Ipiranga](#)

[Museu da Cidade de São Paulo - Cripta Imperial](#)

O Quadro

[Independência ou Morte - Grito do Ipiranga](#)

[Quadro do Grito da Independência é obra da imaginação do pintor](#)

[Pesquisadores da USP participam da recuperação de quadro](#)

[Ciência é protagonista na restauração do famoso quadro da independência](#)

Hino da Independência

[SILVA, Daniel Neves. "Hino da Independência do Brasil"; Brasil Escola.](#)

[Hino da Independência: história, letra e Evaristo da Veiga](#)

[A história e o significado do Hino da Independência do Brasil](#)

Tradução no Império

[Formação de intérpretes versus ofício de tradutores públicos e](#)

[intérpretes comerciais no Brasil: um estudo de caso no Estado do Ceará](#)

[Decreto nº 863, de 17 de novembro de 1851](#)

[Coleção de Leis do Império do Brasil \(1808-1889\)](#)

[A história da tradução no Brasil ao longo dos séculos](#)

D. Pedro II

[D. Pedro II tradutor: análise do processo criativo](#)

[D. Pedro II – Um tradutor no trono do Brasil](#)

[As mil e uma traduções imperiais](#)

Pontos Históricos

[Monumento à Independência e Casa do Grito passarão por reforma](#)

[Lugares e monumentos contam a história do 7 de setembro em São Paulo](#)

[8 espaços que contam a história do Brasil para visitar](#)

[Lugares que contam a história da Independência](#)

[Arquidiocese de São Paulo](#)

Ícones e imagens

Capa - Imagem: Diogo Moreira/Divulgação  
Governo de São Paulo/Agência Brasil

Ícones (pág.2,4,5,11,12,13,14,19)– por [rawpixel.com](#)

Brasão do Império (pág.12)

[Império do Brasil/Jean-Baptiste Debret](#), Domínio público, via Wikimedia Commons

Decretos Imperiais (pág.12,13,14)

[Coleção de Leis do Império do Brasil \(1808-1889\)](#)



**Associação Profissional dos  
Tradutores Públicos  
e Intérpretes Comerciais do  
Estado de São Paulo**

R. Pará, 76 cj. 33 – Higienópolis  
CEP 01243020 – São Paulo/SP  
Tel.: 11 3159-3636 | 95552-7623

**Boletim Ipsis Litteris  
Edição Setembro/2022**

Coordenação editorial:  
Ana Laranjinha  
Pesquisa, design e  
editoração:  
Lívia Cruz

[contato@atpiesp.org.br](mailto:contato@atpiesp.org.br)  
[www.atpiesp.org.br](http://www.atpiesp.org.br)

**Diretoria ATPIESP  
Biênio 2021 - 2023**

Presidente:	Ana Claudia F. Pastore
Vice-Presidente:	Flávio Pellegrini Cruvinel
1º Secretário:	Susanna Fongaro Levorin
2ª Secretária:	Maria Teresa Mariotto
1ª Tesoureira:	Heloisa H. Medeiros Ramos
2ª Tesoureira:	Mônica Galliano Hehnes
Diretora Social:	Mônica F. de Mendonça
Vice-Diretora Social:	Ana Lucinda T. Laranjinha